

Psicossocial: *continuum* ontológico do processo relacional

Marcelo Afonso Ribeiro

18.1 Introdução

A questão do psico-social ou do sócio-psicológico, ou, ainda, da intersubjetividade, ou, se quisermos sintetizar, da clássica relação eu-outro, foi compreendida ao longo da história das ciências humanas e sociais por meio de dois olhares puros: o olhar da psicologia individual e o olhar da sociologia, cada qual privilegiando um dos eixos da relação – ou seriam *extremos* da relação? A questão psico-social e as significações do hífen, como linha analítica central proposta para o presente texto e questão fundante para o campo da psicologia social, colocam em cena o velho dilema anteriormente postulado, representado pelo hífen, sobre a origem da determinação da vida humana: a pessoa é gerada pela estrutura social ou a estrutura social é fruto da relação entre as pessoas? Posturas subjetivantes e posturas socializantes governaram a trajetória da construção argumentativa das ciências humanas e sociais, mas foram sendo interpeladas por posturas mais híbridas, no sentido que Latour (1994) propõe, ou seja, de ser individual e social ao mesmo tempo, pela ruptura da separação dicotômica entre ambos, corroborada pela ideia de junção – o híbrido não opera com a lógica do “ou”, e sim com a lógica do “e” (SANTAELLA; CARDOSO, 2015).

Tanto no campo tradicional das ciências sociais, por meio de autores como Talcott Parsons, Erving Goffman, Alfred Schutz, George Mead, Peter Berger e Thomas Luckmann, quanto no campo tradicional da psicologia, por meio de pensadores como Sigmund Freud, Erik Erikson, Maurice Merleau-Ponty e Donald Winnicott, este dilema se coloca, persistindo na contemporaneidade dos estudos de Alain Touraine, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Claude Dubar, René Käs e Stephen Frosh, entre outros, que buscaram propor sua significação própria do hífen da relação eu-outro, ou, no limite, eliminar o hífen, transformando o psico-

social ou o sócio-psicológico em psicossocial, como o fizeram Bruno Latour, John Shotter e Kenneth Gergen.

Esta última perspectiva será a perspectiva adotada no presente texto, com a apresentação de uma proposta de compreensão do psicossocial como *continuum* ontológico do processo relacional, ou seja, substituindo a lógica moderna da polarização dicotômica entre duas estruturas distintas e separadas (*eu* e *outro*) pela concepção de um *continuum* com dois polos extremos (extremo subjetivo e extremo social), no qual não há separação possível entre *eu* e *outro*; por isso, um processo relacional indissociável com dois extremos (subjetivo e social), que podem ou não se abrir e fazer com que a pessoa fique aprisionada em um dos extremos pelos individualismos ou pela hiperadaptação, o que será melhor detalhado ao longo do presente capítulo.

Para além da batalha política de supremacia ontológica entre o subjetivo e o social, a questão epistemológica requisita peremptoriamente dos pensadores contemporâneos algum tipo de elaboração teórico-conceitual acerca da relação eu-outro, com ou sem hífen, no singular ou plural das duas dimensões envolvidas ou da mesma dimensão com dois extremos constituintes. Apesar desta interpelação fundante da análise da relação eu-outro, ainda pode se ver um predomínio de uma dimensão sobre a outra, gerando, muitas vezes, a redução de uma à outra. Como ir além da divisão subjetivismo/objetivismo buscando superar as possíveis visões dicotômicas estruturantes do pensamento científico tradicional?

18.2 Propostas para análise da relação eu-outro

Figueiredo e Coelho Jr. (2004), por meio do eixo da experiência da intersubjetividade, propõem quatro matrizes para pensar a relação *eu-outro* (transsubjetiva, traumática, interpessoal e intrapsíquica) com base nas diferentes dimensões da alteridade, variando da concepção da alteridade como emergente constituinte das experiências subjetivas por seu caráter de inclusão primordial (matriz transsubjetiva, representada por Scheler, Heidegger, Merleau-Ponty), da alteridade como irrupção e acontecimento traumatizante (matriz traumática, representada por Lévinas), da alteridade como campo das relações construídas nas interações entre sujeitos (matriz interpessoal, representada por Mead) e da alteridade como presença de objetos externos na realidade psíquica (matriz intrapsíquica, representada por Freud, Klein, Fairbairn, Winnicott).

Dentre as matrizes apresentadas, Mead (1953), fundamentado no interacionismo simbólico e baseado numa matriz interpessoal na qual a alteridade é vista como campo das relações construídas nas interações entre sujeitos, faz uma proposta inicial da concepção de psicossocial como qualidade de uma relação produtora da identidade (relação *eu-outro*) por meio da construção compartilhada de

significados que seria, ao mesmo tempo, identidade social (*eu* como *mim*, que é a dimensão do *self* em que a pessoa é objeto para si mesma) e identidade pessoal (*eu* como *eu*, que é a dimensão do *self* em que a pessoa é sujeito para si mesma), o que garantiria processos de permanência e mudança na pessoa – básicos para sua vida psicológica e social.

Autores oriundos da sociologia, como Alain Touraine, Anthony Giddens, Claude Dubar e Pierre Bourdieu, buscaram, cada um à sua maneira, propor uma compreensão da relação *eu-outro*.

Seja pelas posições relacionais do indivíduo diante do mundo, focando nas relações sociais, não nas estruturas, como a sociedade e os indivíduos, corporificadas na concepção de sujeito (TOURAINÉ, 2006).

Seja pela ideia da dependência mútua entre a agência humana (capacidade de realizar coisas) e a estrutura social com foco na produção da ação, referência ontológica fundacional para a investigação da relação *eu-outro* da praxiologia estruturacionista (GIDDENS, 1991).

Seja pela concepção interacionista simbólica contemporânea de que a pessoa não seria um produto antecipável, mas uma resultante, não previsível, gerada pela articulação de dois processos heterogêneos: processo relacional e processo biográfico (DUBAR, 2000).

Seja, ainda, pela concepção da sociedade como uma estrutura estruturada objetivamente, que, entretanto, transforma-se e/ou se conserva pelas relações de interação entre agentes sociais (teoria da prática) que têm posições e disposições específicas do seu *habitus* de classe no interior de um campo, que é um segmento do social, sendo, também, uma estrutura estruturante atravessada pelas relações de poder em um jogo de forças e lutas. A posição e a disposição no campo, determinadas pelo *habitus*, representam a distribuição de diferentes formas de capital (material, social, simbólico, político) de que cada agente dispõe e que determina sua ação social, referência ontológica fundacional para a investigação da relação *eu-outro* do estruturalismo praxiológico (BOURDIEU, 1996).

No campo da psicologia, poderíamos analisar as possibilidades de concepção da relação *eu-outro* por meio das propostas epistemológicas contemporâneas que, segundo Greene (1990) e Guba (1990), seriam: (1) pós-positivismo, (2) interpretativismo (construtivismo e construcionismo) e (3) teoria crítica.

Para o pós-positivismo, a produção de conhecimentos é definida por uma engenharia social (*social engineering*) na qual há uma dicotomia entre as dimensões subjetiva e social, sendo a realidade um fenômeno objetivamente determinado (ontologia realista). Para as teorias críticas, a produção de conhecimentos é definida por um engajamento político (*political engagement*), preconiza a indissociabilidade entre as dimensões subjetiva e social (totalidade histórica dialética), sendo a realidade um fenômeno objetivamente determinado por estruturas materiais e

ideológicas predefinidas (ontologia realista). Por último, para as propostas interpretativistas, a produção de conhecimentos é definida pela produção de narrativas (*storytelling*) e

[...] tem duas vertentes: o Construtivismo e o Construcionismo, ambos definidos por meio de uma epistemologia intersubjetiva, mas que diferem nas suas concepções ontológicas. Enquanto o Construtivismo concebe que a produção de narrativas seria marcada pela construção de representações mentais sobre a realidade, inacessível diretamente (ontologia realista), o Construcionismo postula que não existiria uma realidade objetiva, somente realidades narrativas produzidas em relação psicossocial (ontologia relacional) (RIBEIRO, 2014, p. 90).

Ontologia realista ou ontologia relacional? Em termos da proposição conceitual da relação *eu-outro*, as propostas epistemológicas com base numa ontologia realista, com exceção de algumas teorias críticas, privilegiariam a manutenção do hífen numa insistência na diferença fundacional (PAIVA, 2013¹), enquanto que as propostas de base ontológica relacional buscariam a supressão do hífen como afirmação da indissociabilidade *eu-outro*, embora Mandelbaum (2012) afirme que o hífen, paradoxalmente, poderia ser a marca da divisão ao mesmo tempo em que seria a marca de sua indissociabilidade, constituindo-se como “a natureza do psicológico e do social” e se instaurando “para juntar campos aparentemente separados – o psicológico e o social”, pois “o hífen serve para deixar surgir a própria essência relacional que é inerente a cada um dos elementos, para que estes possam existir como tais” (p. 18).

Apesar da bela imagem trazida por Mandelbaum (2012) acerca do hífen, julgamos que ela ainda carrega em si a marca da separação, sendo uma ponte entre duas dimensões distintas, mas que, se a ponte ruir, a divisão ressurge e a indissociabilidade se rompe. Diante desta outra imagem da ponte rompida e buscando concepções que preconizem a indissociabilidade *eu-outro*, como pensar o psicossocial sem hífen como afirmação desta indissociabilidade?

18.3 Base teórica para uma concepção do psicossocial

A presente proposta elegeu o construcionismo social que, como enfoque interpretativista e fundado numa ontologia relacional, assume, epistemologicamen-

1 Cf. Capítulo XXX.

te, a supressão do hífen como afirmação da indissociabilidade *eu-outro* e seria uma possível perspectiva para compreensão e análise do psicossocial sem hífen.

Com base numa síntese das ideias socioconstrucionistas, inicialmente propostas por Gergen (1985, 1996, 1997, 1999) e ampliadas e modificadas por Burr (1995), Harré (1998), Mcnamee e Gergen (1999) e Shotter (1993), entre outros, bem como pelas produções brasileiras de Rasera e Japur (2005), Rasera, Guanaes e Japur (2004) e Spink (2003), os pressupostos e inspirações teóricas da presente proposição, baseados na perspectiva socioconstrucionista, auxiliam-nos a pensar a indissociabilidade *eu-outro* da concepção do psicossocial sem hífen por meio de:

1) Uma *ontologia relacional*, na qual, segundo Gergen (1996, 1997), Harré (1998), Mcnamee e Gergen (1999) e Shotter (1993), os conhecimentos são produzidos em relação e a realidade é intersubjetivamente construída via narrativas, discursos e práticas sociais. É importante salientar que falar em uma ontologia relacional não significa negar a existência material das pessoas e das coisas, porque a única realidade existente seria a realidade da relação, na qual pessoas, coisas e sociedade existem como constituintes da relação.

2) Uma *epistemologia intersubjetivista*, pois o conhecimento emerge da trama intersubjetiva, sendo um discurso sobre a realidade, nunca a realidade mesma; por isso, busca-se compreender a dinâmica da realidade sem partir de pressupostos apriorísticos (BURR, 1995; GERGEN, 1985, 1999).

3) Uma *metodologia dialógica e transformativa* (hermenêutica diatópica, SANTOS, 2003), na qual a interpretação sobre a realidade é construída e negociada na relação psicossocial, que cria a própria realidade com os discursos e as práticas resultantes desta relação (RASERA; GUANAES; JAPUR, 2004; RASERA; JAPUR, 2005).

Santos (2003) nomeia de hermenêutica diatópica o processo de interpretação (hermenêutica) realizado entre pessoas ou grupos em posições socioculturais distintas e desiguais (*di* – dois e *topoi* – posições ou lugares de produção de conhecimentos), em que um diálogo intercultural é gerado entre saberes diferentes e desiguais com base em quatro princípios preconizados em Santos (2014): (a) reconhecimento de incompletudes mútuas; (b) troca operada entre universos de sentido diferentes, constituindo-se, portanto, em uma perspectiva dialógica e psicossocial; (c) inteligibilidade mútua com base numa teoria de tradução, pela abertura para o interculturalismo (intersubjetividade), sem um saber anular o outro, mas ambos produzindo um terceiro saber como resultante do encontro, na qual há uma coconstrução gerada por ambos, na ideia do saber mestiço (SANTOS, 2001); e (d) hierarquia de saberes dependente do contexto que requisita uma tradução intercultural.

4) Um *projeto ético-político*, que preconiza a indissociabilidade entre produção de conhecimentos e intervenção social, visando gerar micronarrativas teó-

ricas, não macronarrativas, embora coconstruídas relacionalmente, levando em conta “de um lado, a existência de um valor absoluto e universal, inerente a todo ser humano em qualquer tempo e lugar; e, de outro, o caráter particular.. o universal não é o ponto de partida, mas sim o de chegada” (ROSENFELD; PAULI, 2012, p. 322).

Para Latour (2012), haveria uma falácia na ideia de macro, pois não há algo maior, mais amplo ou superior hierarquicamente, mas, antes, “micros” conectados a tantos outros.

Santos (2014) nomeia esta relação entre universal e particular de uma ecologia de saberes, que tem como premissa básica a ideia de que todos os conhecimentos têm limites e que sua produção deveria se dar por meio do diálogo de saberes distintos encarnados em distintas práticas sociais, e é assim denominada por se basear no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles o da ciência moderna) e a tentativa de pensar o conhecimento como relacional (interconhecimento).

Em suma, é uma ciência polissêmica voltada ao cotidiano (SPINK, 2003).

18.4 Proposta de concepção do psicossocial como *continuum ontológico do processo relacional*

Antes de mais nada, é importante marcar a pluralidade de possibilidades contextuais contemporâneas, o que nos obriga a pensar a relação *eu-outro* como *eu-outros*, no plural, como propõe Malo (2007) na noção atualizada de *outros generalizados*, oriunda de *outro generalizado* proposto por Mead (1953).

Assim, as propostas interpretativistas construcionistas se colocam como opção epistemológica pertinente para pensar o psicossocial ao preconizar a indissociabilidade *eu-outros* e uma ontologia relacional (conhecimentos são produzidos na relação), atendendo, neste sentido, à busca de uma posição epistemológica que pudesse oferecer subsídios para a tentativa de reflexão acerca da questão postulada anteriormente: como pensar o psicossocial sem hífen como afirmação da indissociabilidade *eu-outros*?

Se a ontologia é relacional, fica pressuposto que tanto as pessoas quanto as realidades são processos psicossociais: discursivos e indissociáveis, marcando uma posição ontológica e epistemológica clara, ao mesmo tempo que traz um posicionamento político de ruptura com a tradição discursiva das ciências humanas e sociais de separação entre subjetivo (pessoa) e sociedade (social), pois, mesmo quando a relação era tomada como significativa, ela aparecia como “psico-social” ou “sócio-psicológica”, sendo que o hífen é a marca concreta desta divisão, que

é também uma divisão de poder sobre “o que” e “quem”, no interior dos campos do saber, podem se dedicar a estudar (RIBEIRO, 2014, p. 98).

Segundo Frosh (2012), uma teoria psicossocial focaria a inter-relação entre subjetividades e identidades pessoais com as formações históricas sociais e políticas contemporâneas, na busca de entender processos por meio dos quais as duas dimensões (subjetiva e social) se constituem de forma mútua.

Paiva (2013), inspirada pela hermenêutica e pelo construcionismo social, postula o psicossocial como a “intersubjetividade em cena” implicada em cenários socioculturais, focalizando cenas cotidianas e das trajetórias das pessoas, plurais e heterogêneas, não numa resultante consensual como propunha o pensamento moderno em geral.

Latour (1994) corrobora este princípio e versa que o ser humano somente pode ser concebido como “híbrido”, ou seja, individual e social simultaneamente, caracterizado por um campo de tensões heterogêneas, no qual uma síntese não é um resultado necessário. Ao contrário de qualquer possibilidade de leitura dualista dicotômica da realidade baseada na existência de dois polos privilegiados, Latour (1994) propõe uma ontologia de geometria variável, no interior da qual há possibilidade de múltiplas entradas e conexões. Assim, para o autor, o híbrido tem um propósito muito claro, que é desmontar “a ilusão moderna de que é possível isolar o domínio da natureza, das coisas inatas, do domínio da política, da ação humana” (SZTUTMAN; MARRAS, 2004, p. 397).

Mas o que seria um híbrido?

Para Madeira (2010), *híbrido* advém do termo grego *hybris*, que “remete para uma trama de ligações cujo denominador comum é a mistura de coisas de ordens distintas, da qual resulta algo excessivo (ou, no seu inverso, algo em falta)” (p. 1), muitas vezes denominado *monstro*, que advém de *monstrum*, relacionado a anunciar ou mostrar o que emerge da relação com um fenômeno excepcional ou diferente do usual ou do normal, sendo um termo comumente utilizado desde a mitologia grega e chegando à ciência moderna em áreas como a biologia, geografia, história e religião.

Segundo a autora, qualquer um dos híbridos “representa o resultado da mistura de coisas/objectos/práticas de ordem diferente; qualquer um deles não se integra em categorias como ‘puro’, ‘fixo’ ou ‘classificável’, senão nas suas categorias híbridas e/ou monstruosas” (MADEIRA, 2010, p. 2), e seria uma categoria relacional central para pensar a contemporaneidade que tem rompido, gradativamente, com as classificações binárias dicotomizantes da experiência psicossocial humana, por exemplo, com a ruptura da divisão dos sexos e do gêneros e a proposição dos(as) transgêneros, com a conseqüente pluralização das definições (ou falta de definições) das identidades sexuais, ou, ainda, no campo do trabalho, da ruptura da lógica dicotômica entre trabalho formal, focado no emprego, e trabalho informal, e da multiplicação das formas reconhecidas socialmente de

trabalhar na contemporaneidade. Assim, Madeira (2010) conclui que, ao “tentar nomear alguns objectos, práticas e processos da nossa contemporaneidade, apenas a palavra ‘híbrido’ parece servir para dar algum referente à experiência. O híbrido invade os nossos quotidianos” (p. 1).

Da articulação entre os termos *híbrido* e *monstro* se constrói o mundo atual. O(a) transgênero, por exemplo, mostra-se socialmente, primeiramente, como um “monstro” ou emergente relacional diferente do usual, como anômalo, fora da ordem, para depois ir se banalizando como híbrido e se integrando na ordem das coisas, podendo existir como fenômeno no mundo das relações psicossociais e guardando a potencialidade de romper, gradativamente, com a rigidez dos dualismos e hierarquias constituídos, numa concreta multiplicação dos papéis, identidades e lugares sociais – multidimensionais, fragmentados, relacionais, performativos – e desconstrução possível de dualismos considerados intransponíveis, como os de natureza/cultura, centrais para a compreensão da questão do(a) transgênero, por exemplo (MADEIRA, 2010). O híbrido trata do heterogêneo (DUBAR, 2000), do mestiço (SANTOS, 2001), do líquido (BAUMAN, 2007). Um híbrido, então, seria tudo aquilo que rompe com o dualismo moderno e consegue fazer uma leitura da atual realidade psicossocial ao reconectar a relação *eu-outros* separada pelo hífen.

Gergen (1996) coloca que a única realidade existente seria a realidade da relação como “dado palpável do que é inseparável” (p. 19), sendo complementado pela ideia de Shotter (1993) de que o psicossocial não seria nem social, nem subjetivo, mas uma “terceira coisa”, construída como processo discursivo relacional.

Frosh (2012) também partilha desta proposta ao compreender o psicossocial como maior do que a relação entre subjetivo e social, pensados separadamente, “significa testar-se pela negação, questionando suas próprias premissas, e buscando engajar-se com um espaço que não é nem ‘psico’, nem ‘social’, mas transcende a separação de elementos para criar algo novo” (p. 148), como “pessoa no contexto e contexto na pessoa”, retomando uma expressão utilizada por Rodrigues (2005).

O psicossocial, então, não é nem subjetivo, nem social, mas os dois simultaneamente, materializados no relacional – realidade possível na proposta socioconstrucionista. Segundo Blustein, Flum e Schultheiss (2004), o vocabulário discursivo do relacional teria as seguintes propriedades:

- a) *Imbricação*, pois as “pessoas são parte integrante dos contextos e os contextos são parte integrante das pessoas, numa indissociabilidade ontológica que marcaria o psicossocial” (RIBEIRO, 2014, p. 100).
- b) *Pertencimento* ou inclusão em uma teia de relações e de processos de significação, significados e práticas compartilhados em contextos múltiplos, complexos e entrelaçados.
- c) *Reciprocidade* ou “experiência de união (estar juntos) que transmite o sentido de transcender a si mesmo” (BLUSTEIN; FLUM; SCHULTHEISS, 2004, p. 429).

d) *Interdependência*.

e) *Multiplicidade* entendida como teia de processos com uma diversidade intrínseca, pois é diversa e, ao mesmo tempo, singular, sendo múltiplo concebido como sinônimo de ausência de unidade, como um substantivo, não adjetivo, como propõe Latour (SANTAELLA; CARDOSO, 2015).

A relação *eu-outros*, como realidade psicossocial, não seria nem estrutura, nem

[...] realidade objetiva, mas sim discursos produzidos e compartilhados sobre a realidade entendida como relações e práticas sociais, sempre um processo dinâmico, no qual discursos sobre as práticas sociais (dizer) legitimam socialmente as próprias práticas (fazer), construídas em relação: a dimensão intersubjetiva produz discursos possíveis sobre as formas de ação no mundo, que são legitimadas psicossocialmente enquanto práticas sociais reconhecidas (RIBEIRO, 2011, p. 56).

A realidade, portanto, seria realidades narrativas, não um fato objetivamente constituído, pois, como aponta Savickas et al. (2009), “se existirem várias maneiras de interpretar suas próprias experiências diversas de vida, diferentes perspectivas de vida e projetos se tornam possíveis” (p. 243).

Os discursos são constituídos pelos significados, enquanto as narrativas, pelos sentidos, tendo funções antagônicas, pois, de um lado, discursos visam cristalizar posicionamentos coletivos (macronarrativas) por meio da produção de significados, e, por outro lado, narrativas singulares (micronarrativas) visam interpelar e desconstruir discursos por meio da produção de sentidos. Assim, a pessoa, na perspectiva proposta, é psicossocialmente coconstruída

[...] pelas relações e práticas psicossociais, nas quais são gerados significados, que como discursos possíveis, orientam as ações e experiências cotidianas, tendo como foco a pessoa no contexto e o contexto na pessoa, que produzem construções discursivas sobre si, sobre os processos sociais e sobre as práticas sociais, configurando a realidade, que é sempre relacional (RIBEIRO, 2011, p. 56).

O psicossocial, então, não é nem subjetivo, nem social, mas os dois simultaneamente, em que subjetivo e social não são separados, pois a realidade é uma coisa só; são extremos de um mesmo *continuum* ontológico relacional, que pode ser analisado separadamente, mas nunca sem levar em conta a outra extremidade, “porque o *continuum* marca a qualidade psicossocial e indissociável da relação” (RIBEIRO, 2014, p. 129).

A concepção de psicossocial pressupõe, então, um processo de coconstrução contínua e compartilhada, não um ajustamento ou adaptação de uma pessoa (narrativas pessoais) a uma realidade (discursos sociais), pois ambos não devem ser pensados como processos discursivos delimitados e separados, mas antes como um único processo marcado por um elo de continuidade do subjetivo ao social (e vice-versa). Assim, a dualidade subjetivo-social seria uma unidade discursiva inseparável, com dimensões distintas, conforme vemos na Figura 18.1, pois

[...] tanto o subjetivo quanto o social seriam polos extremos de uma mesma realidade discursiva processual global, que é produzida através de processos de construção e significação no seio das práticas e discursos sociais: do subjetivo ao social e vice-versa, num movimento contínuo. A realidade é sempre processual e discursiva, nunca substantiva (RIBEIRO, 2014, p. 99).



Figura 18.1 *Continuum ontológico relacional.*

Fonte:

Apesar da sustentação da ideia de indissociabilidade entre subjetivo e social, injunções em ambas as extremidades do *continuum* ontológico do processo relacional podem gerar rupturas nelas, colocando as pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial ou de tentativa de afirmação de si sobre o coletivo e aprisionar a pessoa em uma destas extremidades, como pode ser visualizado na Figura 18.2:

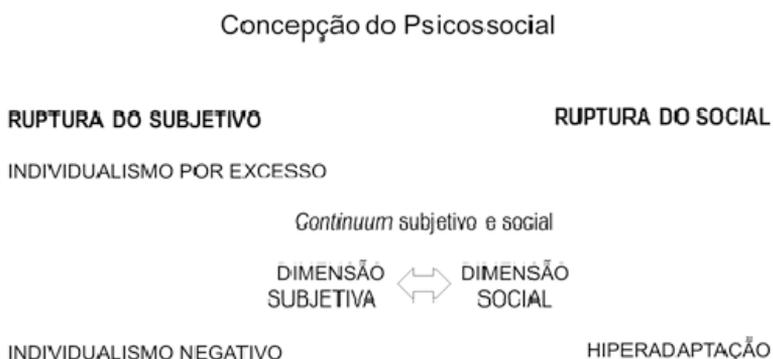


Figura 18.2

Fonte:

Quando a ruptura acontece no extremo subjetivo, gera uma situação de individualismo por excesso ou de individualismo pela falta (individualismo negativo, segundo Castel, 2009), entendendo que seria falta ou excesso de possibilidades de estabelecimentos de vínculos e redes na realidade psicossocial, levando a pessoa a ficar presa às suas narrativas pessoais sem uma relação constitutiva com os outros para se construir, o que, invariavelmente, paralisa a pessoa e a relega a uma situação de repetição de modelos de relação com o mundo pela falta de injunções sociais desestruturantes e interpeladoras das narrativas pessoais.

No caso do individualismo por excesso, a pessoa rompe a relação com o coletivo pela crença na capacidade de ser e fazer no mundo de forma apartada do social, numa tentativa de afirmação de si sobre o coletivo em função de um excesso de condições e oportunidades psicossociais de vida, constituindo uma construção de si que utiliza o mundo para si, não interage com o mundo para gerar benefício mútuo, situação restrita a um grupo pequeno de pessoas localizadas na chamada zona de integração (ou filiação) proposta por Castel (1995).

No caso do individualismo pela falta (individualismo negativo, segundo Castel, 2009), as pessoas não rompem a relação com o coletivo, mas são levadas compulsoriamente a esta ruptura em função da falta de suporte e de possibilidades de vínculos e constituição de redes, ficando sozinhas para a construção de si no mundo, por isso, em situação de vulnerabilidade ou, no limite, desfiliação, conforme postula Castel (1995).

Quando a ruptura acontece no extremo social, gera uma situação de hiperadaptação, na qual a pessoa abre mão da participação ativa na construção de si, ficando presa nos discursos sociais, que passam a ser concebidos como suas próprias narrativas pessoais, o que, invariavelmente, também paralisa a pessoa e a relega a uma situação de repetição de modelos de relação com o mundo, agora não pela falta de injunções sociais, mas pela redução subjetiva ao social.

Em suma, podemos dizer que as rupturas do *continuum* psicossocial acontecem por falta ou excesso do social, sendo situações, em geral, temporárias, pela insustentabilidade da falta de coconstrução de si na relação com os outros gerada pelas rupturas descritas.

Uma última situação central e fundante de ruptura seria a própria implosão do *continuum* psicossocial, que pode acontecer e gerar híbridos, como o exemplo do transgênero anteriormente citado, com duas resultantes possíveis: ou o híbrido não é reconhecido e se torna um monstro, ou ele é reconhecido e legitimado de forma gradativa e gera uma nova possibilidade relacional, claramente psicossocial, reconstituindo, novamente, o *continuum* ontológico do processo relacional. Desta forma, ao não ser nem subjetivo nem social, o psicossocial seria marcado pelos híbridos (ou monstros) materializados no relacional – realidade possível na proposta socioconstrucionista apresentada.

Em suma, o psicossocial é um processo contínuo e compartilhado de co-construção e significação realizado pelas práticas, discursos e narrativas em dado contexto, ou seja, um *continuum* ontológico do processo relacional.

Referências

- BAUMAN, Z. *Vida líquida*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2007.
- BLUSTEIN, D., FLUM, H., SCHULTHEISS, D. P. Toward a relational perspective of the psychology of careers and working: a social constructionist analysis. *Journal of Vocational Behavior*, v. 64, n. 3, p. 423-440, 2004. doi: 10.1016/j.jvb.2003.12.008.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo, SP: Papirus, 1996.
- BURR, V. *An introduction to social constructionism*. London, UK: Routledge, 1995.
- CASTEL, R. De la exclusión como estado a la vulnerabilidad como proceso. *Arquipélagos*, Barcelona, n. 21, 1995.
- _____. *La montée des incertitudes: travail, protections, statut de l'individu*. Paris, France: Seuil, 2009.
- DUBAR, C. *La crise des identités: l'interprétation d'une mutation*. Paris, France: PUF, 2000.
- FIGUEIREDO, L. C.; COELHO JR., N. E; Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade. *Interações*, v. 9, n. 17, p. 9-28, 2004.
- FROSH, S. Psychosocial theory. In: TEO, T. (Ed.). *Encyclopedia of critical psychology*. New York, NY: Springer, 2012. p. 144-149.
- GERGEN, K. J. The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, v. 40, p. 266-275, 1985. doi: 10.1037/0003-066X.40.3.266.
- _____. *The saturated self*. New York, NY: Basic Books, 1996.

_____. *Realities and relationships*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

_____. *An invitation to social construction*. London, UK: Sage, 1999.

GIDDENS, A. *Modernity and self-identity*. Stanford, CA: Stanford University, 1991.

GREENE, J. C. Three views on the nature and role of knowledge in social science. In: GUBA, E. G. (Ed.). *The paradigm dialog*. London, UK: Sage, 1990. p. 227-245.

_____. The alternative paradigm dialog. In: GUBA, E. G. (Ed.). *The paradigm dialog*. London, UK: Sage, 1990. p. 17-27.

HARRÉ, R. *The singular self – An introduction to the psychology of personhood*. London, UK: Sage, 1998.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo, SP: 34, 1994.

_____. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador, BA: Edufba, 2012.

MADEIRA, C. *Híbrido: do mito ao paradigma invasor?* Lisboa, Portugal: Mundos Sociais, 2010.

MALO, E. M. Las dimensiones fragmentaria y performativa de las subjetividades de clase. *Universitas Psicológica*, Bogotá, v. 6, n. 11, p. 11-25, 2007.

MANDELBAUM, B. P. (2012). Sobre o campo da psicologia social. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 15-43, 2012. doi: 10.1590/S0103-65642012000100002.

MCNAMEE, S.; GERGEN, K. J. *Relational responsibility*. London, UK: Sage, 1999.

MEAD, G. H. *Espiritu, persona y sociedad*. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 1953.

PAIVA, V. S. F. Psicologia na saúde: sociopsicológica ou psicossocial? Inovações do campo no contexto da resposta brasileira à AIDS. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 3, p. 531-549, 2013. doi: 10.9788/TP2013.3-EE00-PT.

- RASERA, E. F.; GUANAES, C.; JAPUR, M.. Psicologia, ciência e construcionismos: dando sentido ao self. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 17, n. 2, p. 157-165, 2004. doi: 10.1590/S0102-79722004000200004.
- RASERA, E. F.; JAPUR, M. Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a psicologia. *Paidéia*, v. 15, n. 30, p. 21-29, 2005. doi: 10.1590/S0103-863X2005000100005.
- RIBEIRO, M. A. Algumas contribuições brasileiras para a orientação profissional: o enfoque socioconstrucionista em orientação profissional – uma proposta. In: MELO-SILVA, L. L.; RIBEIRO, M. A. (Org.). *Compêndio de orientação profissional e de carreira*. São Paulo, SP: Vetor, 2011. p. 53-79. (v. 2).
- _____. *Carreiras: um novo olhar socioconstrucionista para um mundo flexibilizado*. Curitiba, PR: Juruá, 2014.
- RODRIGUES, A. M. *Indivíduo, grupo e sociedade: estudos de psicologia social*. São Paulo, SP: EDUSP, 2005.
- ROSENFELD, C. L.; PAULI, J. Para além da dicotomia entre trabalho decente e trabalho digno: reconhecimento e direitos humanos. *Cadernos CRH*, v. 25, p. 319-329, 2012. doi: 10.1590/S0103-49792012000200009.
- SANTAELLA L.; CARDOSO, T. O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour. *Matrizes*, v. 9, p. 1, p. 167-185, 2015. doi: 10.11606/issn.1982-8160.v9i1p167-185.
- SANTOS, B. S. Nuestra America: Reinventing a subaltern paradigm of recognition and redistribution. *Theory, Culture & Society*, v. 18, n. 2-3, p. 185-217, 2001. doi: 10.1177/02632760122051706.
- _____. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Reconhecer para libertar*. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003. p. 427-463.
- _____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: MENESES, M. P.; SANTOS, B. S. (Org.), *Epistemologias do sul*. São Paulo, SP: Cortez, 2014. p. 21-71.

SAVICKAS, M. L. et al. Life designing: A paradigm for career construction in the 21st century. *Journal of Vocational Behavior*, v. 75, p. 239-250, 2009. doi: 10.1016/j.jvb.2009.04.004.

SHOTTER, J. *Conversational realities*. London, UK: Sage, 1993.

SPINK, M. J. P. Subvertendo algumas dicotomias instituídas pelo hábito. *Athenea Digital*, v. 4, p. 1-7, 2003.

SZTUTMAN, R.; MARRAS, S. Por uma antropologia do centro: entrevista com Bruno Latour. *Mana*, v. 10. n. 2, p. 397-413, 2004. doi: 10.1590/S0104-93132004000200007.

TOURAINÉ, A. *Novo paradigma para compreender o mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

